

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

Aos 20 dias do mês de outubro de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala 3 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte – 10h

Audição da **Comissão de Trabalhadores da Saint-Gobain Sekurit Portugal - Vidro Automóvel, S. A.**, na sequência de requerimento do Grupo Parlamentar do PS – **presencial** - confirmada;

- António Domingos
- Rui Pereira
- Hugo Costa
- Pedro Milheiro

II Parte – 11h

Audição da **Federação Portuguesa de Sindicatos Da Construção, Cerâmica e Vidro (FEVICCOM)**, na sequência de requerimento do Grupo Parlamentar do PCP sobre o despedimento coletivo na Saint-Gobain Sekurit Portugal - Vidro Automóvel, S. A. – **presencial** - confirmada;

- Fátima Messias, Coordenadora e representante da Direção Nacional da FEVICCOM
- Pedro Milheiro - representante do STIV

III Parte – 12h

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.º 102 e 103, respetivamente de 13 e 14 de outubro de 2021;
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Apreciação e votação do parecer sobre a **Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª (GOV)** - «Aprova o Orçamento do Estado para 2022»;
Deputada autora do parecer: Sílvia Torres (PS);
4. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o **Projeto de Lei n.º 185/XIV/1.ª (PEV)** - «Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (16.ª Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro)» e o **Projeto de Lei n.º 969/XIV/3.ª (PAN)** - «Consagra a Terça-Feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório, procedendo à décima sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro»;
Deputado autor do parecer: José Moura Soeiro (BE);
5. Discussão e votação na especialidade dos **Projetos de Lei n.ºs 367/XIV/1.ª (BE)** - «Cria o subsídio extraordinário de desemprego e de cessação de atividade, aplicável a trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes e trabalhadores informais excluídos de outros apoios», **415/XIV/1.ª (CDS-PP)** - «Diminuição para metade do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, ao subsídio por cessação de atividade e ao subsídio por cessação de atividade profissional (1.ª alteração ao

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

Decreto-Lei n.º 20-C/2020 de 7 de maio)», **18/XIV/1.ª (PCP)** - «Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego» e **495/XIV/1.ª (BE)** - «Alarga e melhora as condições de acesso e os períodos de concessão do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego (17.ª alteração do Regime Jurídico de Proteção no Desemprego)»;

6. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 1008/XIV/2.ª (PAN)** - «Uma portaria de qualidade para o acolhimento Residencial de crianças e jovens»;
7. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 1471/XIV/3.ª (BE)** - «Recomenda ao Governo a implementação de medidas urgentes que permitam suplantar as dificuldades no âmbito do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE) no que se refere à formação dirigida a pessoas com deficiência e incapacidade»;
8. Outros assuntos.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Nuno Sá, que presidiu à reunião em virtude da impossibilidade de o Senhor Presidente Pedro Roque estar presente, deu início aos trabalhos, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam por videoconferência, e anunciando o pedido de adiamento dos pontos 3., 6. e 7. da III Parte desta reunião, formulado pelo Grupo Parlamentar (GP) do PS, entrando-se de seguida na apreciação na Ordem do Dia:

I Parte – 10h

Audição da **Comissão de Trabalhadores da Saint-Gobain Sekurit Portugal - Vidro Automóvel, S. A.**, na sequência de requerimento do Grupo Parlamentar do PS – presencial - confirmada;

- António Domingos
- Rui Pereira
- Hugo Costa
- Pedro Milheiro

O Senhor Presidente em exercício explicou a metodologia de trabalho e a grelha de tempos a utilizar, e deu as boas-vindas aos representantes da Comissão de Trabalhadores da Saint-Gobain Sekurit Portugal - Vidro Automóvel, S. A., António Domingos, Rui Pereira, Hugo Costa e Pedro Milheiro, enquadrando a sua presença no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do PS. Posto isto, concedeu a palavra à Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) para a respetiva apresentação, a que se seguiu a intervenção inicial do Sr. Pedro Milheiro.

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

Na ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Rita Borges Madeira (PS), Eduardo Teixeira (PSD), José Moura Soeiro (BE) e Diana Ferreira (PCP). No final, o Sr. Pedro Milheiro respondeu de forma conjunta às questões formuladas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

II Parte – 11h

Audição da **Federação Portuguesa de Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro (FEVICCOM)**, na sequência de requerimento do Grupo Parlamentar do PCP sobre o despedimento coletivo na Saint-Gobain Sekurit Portugal - Vidro Automóvel, S. A. – **presencial** - confirmada;

- Fátima Messias, Coordenadora e representante da Direção Nacional da FEVICCOM
- Pedro Milheiro - representante do STIV

Entrou-se assim na segunda parte da reunião deste dia, começando o Senhor Presidente em exercício por renovar a explicação sobre a metodologia de trabalho e a grelha de tempos a utilizar, e dando as boas-vindas aos representantes da Federação Portuguesa de Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro (FEVICCOM) identificados *supra*, no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do PCP, e dando de imediato a palavra à Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) para a respetiva apresentação, a que se seguiu a intervenção inicial da Senhora Coordenadora e representante da Direção Nacional da FEVICCOM, Fátima Messias.

Na ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Rita Borges Madeira (PS), Eduardo Teixeira (PSD), José Moura Soeiro (BE) e Diana Ferreira (PCP). No final, a Senhora Coordenadora e representante da Direção Nacional da FEVICCOM respondeu de forma conjunta às questões formuladas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

III Parte – 12h



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.º 102 e 103, respetivamente de 13 e 14 de outubro de 2021;

As atas identificadas foram aprovadas por unanimidade.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

O Senhor Presidente em exercício começou por dar nota que haviam dado entrada o Projeto de Lei n.º 993/XIV/3.ª (PS) - «Aumenta o período de falta justificada por motivo de falecimento de descendente de 1º grau na linha reta ou equiparado - 17.ª Alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro», sendo a elaboração do parecer distribuída à Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD), em conjunto com outras iniciativas sobre matéria idêntica que lhe haviam sido anteriormente consignadas; e bem assim os Projetos de Lei n.ºs 994/XIV/3.ª (BE) - «Estabelecimento de um prazo para comunicar o deferimento ou indeferimento do financiamento dos Produtos de Apoio a Pessoas com Deficiência [4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 93/2009, de 16 de abril]» (em conexão com a Comissão de Saúde) e 996/XIV/3.ª (BE) - «Majoração no período anual de férias para pessoas com deficiência [21.ª alteração ao Código do Trabalho e 16.ª alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas]», comprometendo-se o GP do PS a indicar os respetivos relatores com a brevidade possível.

Foi ainda deliberado submeter os Projetos de Lei n.ºs 993/XIV/3.ª (PS) e 996/XIV/3.ª (BE) a consulta pública pelo prazo de 30 dias.

De seguida, o Senhor Presidente em exercício divulgou que fora apresentado o Projeto de Resolução n.º 1478/XIV/2.ª (NiCR) - «Assegurar locais de trabalho inclusivos e oportunidades de emprego para pessoas transexuais» e 1457/XIV/3.ª (PEV) - «Medidas de prevenção e combate à exploração na prostituição», com conexão à 13.ª Comissão

Por outro lado, comunicou que tinham baixado à Comissão na especialidade os Projetos de Lei n.ºs 44/XIV/1.ª (PCP) - «Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e da 11.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas)» e 955/XIV/3.ª (BE) - «Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego, procedendo no setor público e privado»; e ainda os Projetos de Lei n.ºs 974/XIV/3.ª (PS) - «Alteração à Lei n.º 2/3013, de 10 de janeiro e à Lei 53/2015, de 11 de junho, com vista ao reforço do interesse público, da autonomia e independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais», 983/XIV/3.ª (NiCR) - «Promove o acesso a actividades profissionais reguladas, eliminando as restrições injustificadas no acesso a estas profissões e estabelecendo limites à duração e organização dos estágios» e 989/XIV/3.ª (PAN) - «Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais», acrescentando que, ainda sobre esta temática, baixara também à Comissão, mas sem votação, o Projeto de Lei n.º 988/XIV/3.ª (IL) - «Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro)», e esclarecendo que este leque de iniciativas baixara com conexão à 1.ª e à 6.ª Comissão, com exceção do Projeto de Lei n.º 983/XIV/3.ª (NiCR), que por ora apenas ostentava conexão com a 1.ª Comissão. A este respeito, depois de o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) ter mencionado não vislumbrar alternativa que não a constituição de um Grupo de Trabalho sobre estas alterações ao regime jurídico das Ordens e Associações Profissionais, eventualmente em conexão com a 1.ª e a 6.ª Comissão, foi decidido submeter estas quatro iniciativas a apreciação pública pelo período de 30 dias, sem que se verificasse nenhuma oposição, e apesar de essa submissão não ser legal nem regimentalmente obrigatória, remetendo-se a deliberação sobre a metodologia a adotar para um momento posterior a esta consulta.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª (GOV) - «Aprova o Orçamento do Estado para 2022»;
Deputada autora do parecer: Sílvia Torres (PS);

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

No seguimento do pedido de adiamento do GP do PS, foi acertada a realização de uma reunião apenas com este ponto para sexta-feira, 22 de outubro, pelas 9h30, passando-se à apreciação do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos,

4. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o **Projeto de Lei n.º 185/XIV/1.ª (PEV)** - «Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (16.ª Alteração ao Código de Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro)» e o **Projeto de Lei n.º 969/XIV/3.ª (PAN)** - «Consagra a Terça-Feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório, procedendo à décima sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro»;
Deputado autor do parecer: José Moura Soeiro (BE);

O Senhor Deputado autor do parecer procedeu à sua apresentação de forma sucinta, fazendo menção ao objeto, motivação e conteúdo das iniciativas e concluindo pelo cumprimento das condições constitucionais e regimentais necessárias ao debate na generalidade em Plenário, que decorreria naquela mesma semana.

Após o trabalho realizado ter sido saudado pelo Senhor Presidente em exercício, o parecer foi aprovado por unanimidade.

5. Discussão e votação na especialidade dos **Projetos de Lei n.ºs 367/XIV/1.ª (BE)** - «Cria o subsídio extraordinário de desemprego e de cessação de atividade, aplicável a trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes e trabalhadores informais excluídos de outros apoios», **415/XIV/1.ª (CDS-PP)** - «Diminuição para metade do prazo de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, ao subsídio por cessação de atividade e ao subsídio por cessação de atividade profissional (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 20-C/2020 de 7 de maio)», **18/XIV/1.ª (PCP)** - «Melhora as regras de atribuição e altera a duração e montantes do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego» e **495/XIV/1.ª (BE)** - «Alarga e melhora as condições de acesso e os períodos de concessão do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego (17.ª alteração do Regime Jurídico de Proteção no Desemprego)»;

Depois de ter sido definido por acordo que os projetos de lei seriam votados individualmente e pela ordem de apresentação, e não de baixa à Comissão na especialidade, foi dada a palavra aos proponentes para, querendo, se pronunciarem.

Assim, a Senhor Deputada Diana Ferreira (PCP) sublinhou que o momento atual reforçava a necessidade de alterar os critérios e montantes de atribuição dos subsídios de desemprego, face às insuficiências existentes, confirmando-se a urgência do Parlamento dar um sinal aos trabalhadores em situação de desemprego. Posto isto, sinalizou que a redação proposta para o n.º 3 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 220/2006,



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

de 20 de novembro, havia sido já inserida neste diploma pelo artigo 423.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31/12, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2021 (OE2021), aludindo ainda à desatualização das datas ínsitas no Projeto de Lei n.º 415/XIV/1.ª (CDS-PP).

Por seu turno, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) chamou a atenção para a reduzida taxa de cobertura dos subsídios de desemprego, apesar do incremento recente dessa percentagem. Destarte, mostrou a sua surpresa por uma prestação contributiva estar sujeita a um limite mínimo abaixo do limiar de pobreza, estando o subsídio social de desemprego muito abaixo desse limiar. Tudo isto contribuía, no seu entender, para uma elevada taxa de pobreza entre a população desempregada, denunciando a manutenção do triplo corte nos subsídios, nos termos expendidos nas iniciativas, criticando, entre outros, o facto de o subsídio de desemprego estar indexado ao Indexante de Apoios Sociais (IAS) e não à Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG). Por outro lado, explanou que, ao contrário do anterior, o Projeto de Lei n.º 367/XIV/1.ª (BE) visava soluções mais conjunturais que beneficiassem os trabalhadores mais afetados pela crise pandémica, que enumerou de forma exemplificativa.

Tomou então da palavra o Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP), que começou por atualizar as datas constantes da iniciativa do seu Grupo Parlamentar para 31 de dezembro de 2021, desenvolvendo de seguida que se procurara dar resposta às necessidades reveladas durante a pandemia, com a diminuição para metade dos prazos de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, ao subsídio por cessação de atividade e ao subsídio por cessação de atividade profissional.

Já a Senhora Deputada Helga Correia (PSD), depois de relembrar que a discussão já tivera lugar em Plenário, reiterou que a mesma deveria ter sido englobada na discussão do OE2021, ou, eventualmente, no OE2022, no que foi secundada pela Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS), que concordou com os proponentes quando estes invocaram o contexto de apresentação das medidas, lembrando que também o OE2022 continha soluções neste domínio. Posto isto, reafirmou que o GP do PS estava sempre ligado à proteção dos trabalhadores, registando o atual nível elevado de empregabilidade e remetendo para o conteúdo do OE2022, não deixando, porém, de

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

manifestar compreensão face aos desempregados que não podiam aceder a estes subsídios. Por isto, anunciou que nesta fase o GP do PS votaria contra todas as iniciativas.

Em sentido contrário, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) considerou que não se justificava aludir à questão orçamental porque todas as iniciativas poderiam ser acomodadas nesse âmbito, entrando em vigor com o OE subsequente, e também que apenas uma das iniciativas do seu Grupo Parlamentar estava enquadrada pela pandemia, sendo a outra transversal.

No mesmo sentido, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) contestou a alusão aos efeitos orçamentais dos projetos de lei, contrapondo que o que relevava era, outrossim, a proteção dos trabalhadores que tinham ficado sem o seu posto de trabalho, recordando a este propósito as audições realizadas já nesta manhã sobre a situação na empresa Saint Gobain, S. A.

Deste modo, passou-se à votação na especialidade, tendo cada uma das iniciativas legislativas referidas, votada no seu conjunto, sido rejeitada, nos seguintes termos:

- Projeto de Lei n.º 18/XIV/1.ª (PCP), rejeitado com os votos contra do PS e do PSD, os votos a favor do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP;
 - Projeto de Lei n.º 367/XIV/1.ª (BE), rejeitado com os votos contra do PS e do PSD, os votos a favor do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP;
 - Projeto de Lei n.º 415/XIV/1.ª (CDS-PP), rejeitado com os votos contra do PS e do PSD e os votos a favor do BE, do PCP e do CDS-PP;
 - Projeto de Lei n.º 495/XIV/1.ª (BE), rejeitado com os votos contra do PS e do PSD, os votos a favor do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP.
6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1008/XIV/2.ª (PAN) - «Uma portaria de qualidade para o acolhimento Residencial de crianças e jovens»;
7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1471/XIV/3.ª (BE) - «Recomenda ao Governo a implementação de medidas urgentes que permitam suplantar as dificuldades no âmbito do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE) no que se refere à formação dirigida a pessoas com deficiência e incapacidade»;

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

Em função do pedido de adiamento do GP do PS anunciado no início da reunião, passou-se de imediato ao derradeiro ponto da Ordem do Dia.

8. Outros assuntos:

- **Audição Pública - Estudo do Regime de Reforma Antecipada para Pessoas com Deficiência** - terça-feira, 19 de outubro de 2021 - 10h30-17h - Auditório António de Almeida Santos (presencial e videoconferência).

O Senhor Presidente em exercício fez referência à audição pública em epígrafe, agradecendo a todos os participantes, em especial às entidades convidadas e a todos os Grupos Parlamentares, elogiando a capacidade de concretização desta iniciativa em tão reduzido intervalo de tempo.

- Fixação da redação final do **Projeto de Resolução n.º 170/XIV/1.ª (BE)** - «Recomenda ao Governo a publicação dos comentários gerais do Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência»;

A redação final da iniciativa identificada foi fixada nos termos propostos, não se registando nenhum voto contra.

- **Audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social** no âmbito da apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2022, em conjunto com a 5.ª Comissão: **segunda-feira, 25 de outubro, 15 horas**;

O Senhor Presidente em exercício deu ainda conhecimento da data e hora da audição em epígrafe, acrescentando que a Senhora Ministra transmitira que não tinha agenda para ser ouvida sobre a situação na Saint Gobain, S. A., pelo que foi sugerida a concretização desta auscultação na manhã de quarta-feira, 22 de dezembro, imediatamente antes da audição regimental ainda em falta desde a 1.ª Sessão Legislativa.

- Convite da Associação Nacional de Cuidadores Informais para o **3.º Encontro Nacional de Cuidadores Informais**, na **sexta-feira, 5 de novembro** (presencial ou online);



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

O Senhor Presidente em exercício apelou a que os Grupos Parlamentares que ainda não o haviam feito pudessem indicar, querendo, os seus representantes para o Encontro supramencionado.

- Agendamento no âmbito do **Grupo de Trabalho – Teletrabalho.**

Por último, o Senhor Presidente em exercício, na qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho – Teletrabalho (GT-TT), manifestou a sua disponibilidade para avançar desde já com o início da nova apreciação na generalidade das iniciativas em Grupo de Trabalho, e clarificando que seria necessária a concordância de todos os Grupos Parlamentares para a consumir durante o período orçamental, que se iniciaria na semana subsequente. Depois de também o GP do BE ter afirmado a sua disponibilidade, foi decidido acertar o agendamento de forma informal entre todos os membros do GT-TT.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de novembro de 2021.

O VICE-PRESIDENTE


(NUNO SÁ)



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 104/XIV/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Eduardo Barroco De Melo (PS)
Fernando José (PS)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Nuno Sá (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sílvia Torres (PS)
Carla Barros (PSD)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Maria Germana Rocha (PSD)
Ofélia Ramos (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
José Moura Soeiro (BE)
Diana Ferreira (PCP)
Pedro Morais Soares (CDS-PP)
Lúcia Araújo Silva (PS)
Maria Joaquina Matos (PS)
Carla Madureira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Firmino Marques (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Lina Lopes (PSD)
Isabel Pires (BE)

